

Pesquisa aponta que áreas protegidas não inibem desenvolvimento econômico na Amazônia

Artigo científico desenvolvido pelos pesquisadores Erico Kauano, José Maria Cardoso da Silva, José Alexandre Felizola Diniz Filho e Fernanda Michalski estudou se as áreas protegidas brasileiras (unidades de conservação e terras indígenas) prejudicam o crescimento econômico (medido pelo Produto Interno Bruto Municipal) dos 516 municípios da Amazônia. Os resultados foram publicados no dia 16 de janeiro, na revista científica Land Use Policy.

A pesquisa usou modelos estatísticos espaciais para demonstrar os ganhos sociais e ambientais gerados pela expansão das áreas protegidas na Amazônia entre os anos de 2004 e 2014, quando muitas novas áreas protegidas foram criadas na região não inibindo a criação de novas oportunidades econômicas. Pelo contrário, os autores sugerem que a implementação efetiva de áreas protegidas traz ganhos potenciais e são mecanismos importantes de desenvolvimento econômico em contraponto às atividades ilegais, sobretudo as extrações ilegais de recursos naturais.

“A Amazônia brasileira está se tornando cada vez mais urbana e as atividades econômicas mais centralizadas nas grandes cidades, o que

explica parcialmente os nossos resultados”, comenta o analista ambiental do ICMBio, Erico Kauano, um dos autores do estudo.

“O nosso estudo demonstra claramente que o desenvolvimento social e econômico da Amazônia brasileira precisa combinar a intensificação das atividades econômicas não-florestais em torno das cidades, e a expansão das atividades econômicas florestais sustentáveis dentro e ao redor das áreas protegidas de uso sustentável”, sintetiza José Maria Cardoso, um dos orientadores da pesquisa e professor no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical da Universidade Federal do Amapá e da Universidade de Miami.

O título do artigo é “Do protected areas hamper economic development of the Amazon region? An analysis of the relationship between protected areas and the economic growth of Brazilian Amazon municipalities” (“As áreas protegidas atrapalham o desenvolvimento econômico da região amazônica? Uma análise da relação entre áreas protegidas e o crescimento econômico dos municípios da Amazônia brasileira”) e está disponível no [link](#).

Parna Lagoa do Peixe começa a monitorar termo de compromisso com pescadores

Entrevistas vão subsidiar eventuais ajustes no Termo de Compromisso com pescadores

Em janeiro, a equipe do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS), ao lado do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul), realizou a primeira expedição na UC para acompanhamento do termo de compromisso firmado entre a gestão da unidade e pescadores artesanais.

O acordo foi formalizado em dezembro de 2019 com pescadores artesanais que historicamente pescam no interior do Parque. A ideia era normatizar o uso dos recursos naturais visando a proteção das espécies do Parque e garantir a subsistência dos pescadores. De acordo com o termo, o ICMBio deve acompanhar, monitorar e avaliar periodicamente as atividades de pesca na UC de maneira participativa e ajustando as regras conforme o desenvolvimento.

O acompanhamento abrange estudos relacionados aos aspectos biológicos, produtivos, ecológicos, culturais, sociais e econômicos relativos ao uso e manejo dos recursos pesqueiros pelos pescadores artesanais tradicionais beneficiários do (TC)

Nesta primeira expedição, a equipe divulgou as normas de pesca pactuadas e realizou capacitação dos pescadores beneficiários no monitoramento do camarão-rosa. Eles também investigaram a interação da pesca e dos pescadores com as aves do Parque, bem como outras dinâmicas da pescaria.

O Cemave realizou dois censos simultâneos em áreas permitidas e restritas da UC, com observação e registro dos cenários e dos comportamentos apresentados pelas aves e pescadores antes da pescaria, na abertura das redes e na despesca do camarão. As informações vão servir como subsídios para avaliar eventuais impactos e interferências sobre as aves e melhor ajustar o Termo de Compromisso.

O CEPsul ministrou capacitação para monitoramento do camarão-rosa de nove pescadores. Cada pescador recebeu o Manual do Pescador Monitor e um kit de monitoramento composto por prancheta, régua para medição e coletor para amostragem. Cada monitor irá fazer a medição do camarão uma vez por semana e os dados serão encaminhados ao ICMBio.

Com as visitas em campo e diálogo com os pescadores, os servidores divulgaram as normas pactuadas coletivamente, de maneira a ampliar a participação da comunidade. A equipe distribuiu panfletos informativos com as normas, os locais autorizados e as proibições. O CNPT conduziu entrevistas para levantar informações socioeconômicas e culturais sobre a pescaria, de forma a levantar subsídios para a análise de percepção dos pescadores sobre o Termo.

As próximas expedições de campo de monitoramento do TC deverão ampliar as áreas para a porção sul do Parque e para a observação das demais artes de pesca abrangidas pelo TC.